

#### **LEGISLATURA 2013 A 2016**

### APROVADA PELO PLENÁRIO EM 19/2/2014

Reunião Ordinária do dia 18 de fevereiro de 2014 Presidente: Vereador João Bosco Gomes Saraiva Secretária-Geral: Maria do Socorro Sampaio Moura da Fontoura

No dia dezoito de fevereiro do ano de dois mil e catorze, às nove horas e doze minutos, realizou-se reunião ordinária da Câmara Municipal de Manaus, no plenário Adriano Jorge, em sua sede própria, na rua Padre Agostinho Caballero Martin, n. 850, São Raimundo, nesta Capital, estado do Amazonas, presidida pelo vereador Sildomar Abtibol, do Partido Republicano da Ordem Social (PROS), e, eventualmente, pelo vereador Luís Augusto Mitoso Júnior, do Partido Social Democrático (PSD); secretariada pelos vereadores Maria do Socorro Sampaio Moura da Fontoura, do Partido Progressista (PP), e Reizo Felício da Silva Castelo Branco Maués, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). PRESENTES, ainda, os vereadores Francisco Plínio Valério Tomaz, Ednailson Leite Rozenha e José Mário Frota, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB); Carlos Alberto de Castro Almeida, do Partido Republicano Brasileiro (PRB); Therezinha Ruiz de Oliveira, do Democratas (DEM); Francisco do Nascimento Gomes, Luís Hiram Moraes Nicolau, Isaac Tayah e Carmem Glória de Almeida Carratte, do Partido Social Democrático (PSD); Álvaro João Campelo da Mata, do Partido Progressista (PP); Arlindo Pedro da Silva Júnior, Amauri Batista Colares, Jairo Ribeiro Dias e Roberto Sabino Rodrigues, do Partido Republicano da Ordem Social (PROS); Maurício Wilker de Azevedo Barreto, do Partido Humanista da Solidariedade (PHS); Gilmar de Oliveira Nascimento, Luiz Alberto Carijó de Gosztonyi e Francisco Assis Santos Soares, do Partido Democrático Trabalhista (PDT); Luís Faustino da Costa Neto, do Partido Social Democrata Cristão (PSDC); Marcel Alexandre da Silva, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB); Massami Miki, do Partido Social Liberal (PSL); Elias Emanuel Rebouças de Lima e Marcelo Augusto da Eira Correa, do Partido Socialista Brasileiro (PSB); Waldemir José da Silva, Rosilene da Silva Souza e Bibiano Simões Garcia Filho, do Partido dos Trabalhadores (PT); Rosivaldo Oliveira Cordovil, João Francisco de Miranda Soares, Luís Felipe Silva de Souza e Geraldo Ribeiro da Silva Júnior, do Partido Trabalhista Nacional (PTN); Samuel da Costa Monteiro, do Partido Popular Socialista (PPS); Walfran de Souza Torres, do Partido Trabalhista Cristão (PTC); e Everaldo Farias Lima, do Partido Verde (PV). LICENCIADOS os vereadores Fabrício Silva Lima, do PRTB; e David Valente Reis, do PSDC, na forma do art. 54, § 3.º, da Loman. JUSTIFICADA a ausência dos vereadores João Bosco Gomes Saraiva, do PSDB, conforme Memorando n. 003/2014 - GP; Alonso Oliveira de Souza, do PTC, conforme Memorando n. 005/2014 – GVAO; Vilma Florenço Queiroz, do PROS, conforme Memorando n. 011/2014 - GVVQ; e Maria Jacqueline Coelho Pinheiro, do PPS, conforme Memorando n. 017/2014 - GVPJ. Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, o Presidente declarou aberta a reunião



### **LEGISLATURA 2013 A 2016**

e convidou os presentes para acompanhar a execução do Hino Nacional Brasileiro. Na sequência, a secretária, vereadora Socorro Sampaio, leu a Ata da sessão ordinária do dia dezessete de fevereiro do ano em curso. O Presidente informou que iria passar os trabalhos para o Pequeno Expediente. Em Questão de Ordem, o vereador Waldemir José lembrou o acordo feito com o Presidente para a realização do Pequeno Expediente nas segundas e quartas-feiras e, do Grande Expediente, nas terças-feiras. Em Questão de Ordem, o vereador Plínio Valério observou que, quando começaram a cantar o Hino Nacional, havia apenas sete vereadores no plenário e questionou à Mesa qual seria o quórum mínimo para dar início aos trabalhos. O **Presidente** informou que o quórum mínimo era de onze vereadores. Em Questão de Ordem, o vereador Mário Frota disse que a preocupação do vereador Plínio Valério era pertinente e que a Mesa não poderia dar início aos trabalhos sem o quórum necessário. O Presidente disse que o vereador Plínio Valério tinha razão e que todos teriam de se conscientizar quanto à importância de estar presente no plenário no horário regimental. Em Questão de Ordem, o vereador Plínio Valério esclareceu que havia feito a observação quanto ao quórum mínimo necessário para a abertura dos trabalhos com o intuito de que. futuramente, decisões importantes não fossem anuladas em função daquilo. O Presidente solicitou aos vereadores que fizessem o registro eletrônico de suas presenças assim que chegassem ao plenário, a fim de evitar transtornos mais tarde. Em seguida, o Presidente colocou para a apreciação do Plenário a realização do Grande Expediente, o que foi rejeitado pela maioria. Na sequência, o Presidente passou os trabalhos para o PEQUENO EXPEDIENTE. Em Questão de Ordem, o vereador Waldemir José disse que não teria nenhum problema se fosse realizado o Pequeno ou o Grande Expediente, contanto que, no dia seguinte, fosse realizado o Grande Expediente. O Presidente acatou o pedido, solicitando aos líderes de blocos que chegassem mais cedo no dia seguinte, para definir a sequência dos oradores. Em Questão de Ordem, o vereador Luiz Alberto Carijó esclareceu que a não realização do Grande Expediente decorria por conta da ausência dos líderes dos blocos no início da reunião para fazer a lista. Pediu desculpas ao vereador Waldemir José, salientando que o parlamentar tinha razão quanto ao acordo firmado para a realização daquele expediente. O primeiro orador, vereador Plínio Valério, questionou os critérios adotados pela Casa para o pagamento das dívidas trabalhistas a ex-funcionários, fato publicado no Diário Oficial Eletrônico da instituição. Louvou aquela ação e ressaltou o seu espanto com a lista dos cem primeiros beneficiados, a qual era encabeçada por um empresário. Finalizando, o orador informou que, em função do ocorrido, havia apresentado requerimento junto à Mesa Diretora para saber os critérios adotados para o pagamento das indenizações. O segundo orador, vereador Mário Frota, falou sobre a matéria publicada no jornal A Critica, na coluna Sim & Não, a qual informava que o vereador Waldemir José havia acionado o Ministério Público Estadual, com o propósito de que a instituição investigasse a Superintendência Municipal de Transporte Urbano, por não fiscalizar o transporte local. O orador destacou o empenho da Prefeitura de Manaus para retirar os camelôs do Centro. Finalizando, o orador salientou que a ida



### **LEGISLATURA 2013 A 2016**

dos ambulantes para um shopping popular mostrava que o Prefeito estava cumprindo uma promessa de campanha e liberando o centro histórico e as praças de Manaus para serem revitalizadas. O terceiro orador, vereador Elias Emanuel, falou sobre a matéria publicada no caderno de economia do jornal Amazonas em Tempo, na qual a Secretaria de Fazenda do Estado do Amazonas confirmava o funcionamento, ainda naquela semana, do entreposto da Zona Franca de Manaus no município de Ipojuca, em Pernambuco, cuja ação meritória era do Governador de Pernambuco, do PSB, Eduardo Campos. O orador abordou, ainda, a matéria veiculada na internet pela revista Exame, em que o economista Mansueto Almeida afirmava que a Zona Franca não trazia mais produtividade para o Brasil, criticando o referido economista pela matéria. Encerrando, o orador fez uma reflexão a respeito das críticas à pista exclusiva para ônibus na Avenida Constantino Nery, defendendo que a Casa e a Prefeitura de Manaus adotassem um plano de mobilidade urbana, o qual deveria ser seguido não só pela administração atual, mas também pelas próximas administrações. O quarto orador, vereador Álvaro Campelo, afirmou que o Partido Progressista (PP) estava determinado a lançar candidato próprio ao governo do Amazonas nas eleições de 2014. Acrescentou, ainda, que o citado partido possuía, em seus quadros, políticos que reuniam as qualidades necessárias ao cargo majoritário no próximo pleito. O quinto orador, vereador Professor Bibiano, falou sobre a educação na cidade de Manaus e cobrou da Secretaria de Educação a apresentação de um planejamento que possibilitasse a todos os estudantes o início do ano letivo no mesmo período. Concluindo, demonstrou preocupação com o andamento das obras em prédios escolares, informando que muitas estavam paralisadas. O sexto orador, vereador Waldemir José, defendeu o Partido dos Trabalhadores das acusações feitas pelo vereador Mário Frota. O orador criticou à falta de fiscalização nas linhas de ônibus do transporte coletivo. Falou, ainda, sobre o aumento da taxa de esgoto e sobre a falta de um calendário programático nas escolas da rede municipal. Finalizando, o orador anunciou que, em virtude do reajuste na tarifa de água e de esgoto na cidade, iniciaria uma campanha popular, por meio das mídias sociais, contra aquela decisão. O orador informou que encaminharia uma indicação ao Prefeito de Manaus, visando a não concessão do referido reajuste, considerando que a empresa Manaus Ambiental não havia cumprido suas obrigações contratuais. Em Questão de Ordem, o vereador Mário Frota manifestou-se com relação às críticas feitas a sua pessoa pelo vereador Waldemir José. O sétimo orador, vereador Wilker Barreto, defendeu a Prefeitura de Manaus das críticas da oposição a respeito da falta de fiscalização nas linhas de ônibus do transporte coletivo, do reajuste da taxa de esgoto e da falta de um calendário programático nas escolas da rede municipal. O orador ressaltou a importância da oposição para o parlamento, bem como do reconhecimento, por parte da mesma, dos avanços obtidos pela administração municipal. Finalizando, o orador comunicou que, às quinze horas, participaria de uma audiência na Caixa Econômica, com o gerente de habitação do citado banco, a fim de levantar informações, salientando que o convidaria para participar da audiência pública que seria realizada na Casa para tratar do Habite-



#### **LEGISLATURA 2013 A 2016**

se Simplificado na cidade de Manaus. Em Questão de Ordem, o vereador Waldemir José rebateu as críticas dos vereadores Mário Frota e Wilker Barreto à sua pessoa e ao Partido dos Trabalhadores. A oitava oradora, vereadora Rosi Matos, criticou a matéria do economista Mansuelo Almeida, publicada na revista Exame, a respeito da Zona Franca de Manaus. Prosseguindo, informou que havia dado entrada no Projeto de Lei n. 24/2014, com o objetivo de ampliar a moralidade na gestão dos recursos públicos, evitando que empresas e empresários condenados por irregularidade na execução de contratos continuassem prestando serviços para os órgãos públicos municipais. O nono orador, vereador Professor Samuel, disse que, como presidente da Comissão de Direitos Humanos, havia apresentado um requerimento na Casa, solicitando a instalação de uma comissão para investigar os casos de assédio e exploração sexual contra crianças e adolescentes nas categorias de base do futebol amazonense, em função de casos ocorridos na cidade de Manaus. Finalizando, o orador falou sobre o projeto de lei, de sua autoria, apresentado a Casa, que determinava aos gestores de escolas da rede municipal e particular de ensino a afixação, em todas as salas de aula, do telefone do disque-denúncia contra os abusos, violência e assédio sexual infanto-juvenil. O décimo orador, vereador Arlindo Júnior, demonstrou preocupação com a segurança pública na cidade de Manaus, por conta da aproximação da Copa do Mundo, e informou que faria um requerimento, solicitando a vinda do Secretário de Segurança Pública, juntamente com os órgãos competentes. para discutir aquela questão. O décimo primeiro orador, vereador Luís Mitoso, também manifestou preocupação com a segurança pública na cidade, mas especificamente no Centro. Continuando, falou sobre a Lei Municipal n. 1.533/2010, de sua autoria, que instituía o dia 1.º de março como o Dia Municipal de Prevenção e Combate ao Bullying Escolar, reafirmando o seu compromisso com a população da cidade no combate e prevenção ao bullying escolar. O décimo segundo orador, vereador Marcel Alexandre, apresentou a decisão do Superior Tribunal de Justiça sobre a taxa de esgoto como prova da cobrança indevida daguele item pela concessionária Manaus Ambiental. O orador falou sobre a necessidade de se formar uma rede de proteção do direito do cidadão contra a citada concessionária, a qual destratava o consumidor manauara e a cidade de Manaus. Finalizando, o orador confirmou presença na audiência pública da Comissão de Defesa do Consumidor da Casa, no dia 13 do próximo mês, quando seria debatida a cobrança da taxa de esgoto na cidade de Manaus, e assegurou que contribuiria com informações sobre a supracitada decisão. Assumiu a direção dos trabalhos o vereador Luís Mitoso. O décimo terceiro orador, vereador Júnior Ribeiro, pediu o apoio dos vereadores para a aprovação do Projeto de Lei n. 22/2014, de sua autoria, relativo à obrigação de a Câmara Municipal veicular as leis municipais vigentes nas emissoras de rádio comunitárias de Manaus. Reassumiu a direção dos trabalhos o vereador Sildomar Abtibol. Em Questão de Ordem, o vereador Mário Frota convocou os membros da Comissão de Constituição, Justiça e Redação para uma reunião no dia seguinte, em função de muitos projetos que precisavam ser analisados. O décimo quarto orador,



### **LEGISLATURA 2013 A 2016**

vereador Everaldo Farias, demonstrou preocupação com o grande número de carros abandonados na cidade de Manaus. Concluindo, o orador falou sobre a Mensagem n. 004/2014, de autoria do Executivo Municipal, que "Altera o art. 1.º da Lei n. 167, de 13 de setembro de 2005". O **Presidente** solicitou a presença dos vereadores no plenário, a fim de dar início à Ordem do Dia. O décimo quinto orador, vereador Carlos Alberto, parabenizou o grupo Obreiros Universal pelo trabalho evangelístico realizado dentro e fora da igreja em prol das pessoas. O orador registrou, ainda, o Dia do Obreiro Universal, comemorado naquele dia. Finalizando, o orador informou que havia apresentado uma indicação, solicitando ao Poder Executivo a afixação de cartazes com os números dos telefones úteis de órgãos de proteção a crianças e adolescentes, como também cartazes informativos sobre a pedofilia em todos os ônibus e terminais da cidade de Manaus. O décimo sexto orador, vereador Rosivaldo Cordovil, pediu à Prefeitura de Manaus, por meio da Superintendência Municipal de Transportes Urbanos (SMTU), explicações sobre os primeiros resultados da implantação das faixas exclusivas para ônibus na cidade. O orador reforçou o pedido feito à Prefeitura de Manaus quanto à realização de uma campanha de conscientização a respeito da sinalização e da instalação dos semáforos nas paradas do Bus Rapid Service (BRS). O orador solicitou ao secretário Paulo Henrique, do Manaustrans, a implantação de faixas de pedestres em frente às escolas na cidade de Manaus, principalmente na zona Norte da cidade. O Presidente passou os trabalhos para a ORDEM DO DIA e pediu aos vereadores que comparecessem ao plenário. Em Questão de Ordem, o vereador Hiram Nicolau solicitou que fosse feita a chamada nominal. O Presidente acatou o pedido e informou que havia vinte e seis vereadores presentes. Na PAUTA, foi deliberado, tomou o n. 001/2014 e encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Redação o Projeto de Emenda à Loman, de autoria do Executivo Municipal, capeado pela Mensagem n. 001/2014, que "Revoga os artigos 268, caput §§1º e 2º, e 269, caput e parágrafos, da Lei Orgânica do Município de Manaus -LOMAN". Foi deliberado, em regime de urgência aprovado pelo Plenário, tomou o n. 025/2014 e encaminhado às Comissões Técnicas Permanentes o Projeto de Lei, de autoria do Executivo Municipal, capeado pela Mensagem 002/2014, que "Altera dispositivos da Lei n. 1.780, de 30 de outubro de 2013, que dispõe sobre o apoio financeiro concedido pelo FUMIPEQ para a implantação dos Centros de Comércio Popular (CCP) e dá outras providências". O Presidente convocou os membros da Comissão de Constituição, Justiça e Redação para a reunião no dia seguinte. Foi deliberado, tomou o n. 026/2014 e encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Redação o Projeto de Lei, de autoria do Executivo Municipal, capeado pela Mensagem 003/2014, que "Cria os Prêmios Literários Cidade de Manaus, institui o valor das premiações, e dá outras providências". Foi deliberado, tomou o n. 027/2014 e encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Redação o Projeto de Lei, de autoria do Executivo Municipal, capeado pela Mensagem 004/2014, que "Altera o art. 1.º da Lei n. 167, de 13 de setembro de 2005, e dá outras providências". Foi aprovado o Parecer Favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação ao Projeto de



### **LEGISLATURA 2013 A 2016**

Lei n. 524/2013, de autoria do vereador Sildomar Abtibol, que "Considera de Utilidade Pública a Associação Aliança de Misericórdia Imaculado Espírito Santo e dá outras providências". O supracitado projeto foi encaminhado à Comissão de Assuntos Sociocomunitários. Foi aprovado o Parecer Favorável da Comissão de Finanças, Economia e Orçamento ao Projeto de Lei n. 229/2013, de autoria do vereador Massami Miki, que "Cria o Programa de Incentivo à Formação de Hortas Domésticas, através de parceria com a Secretaria Municipal de Produção e Abastecimento". O supracitado projeto foi encaminhado à Comissão de Agricultura e Política Rural. Em razão da ausência da autora, foi retirado de pauta o Projeto de Lei n. 098/2013, de autoria da vereadora Professora Therezinha Ruiz, que "Cria mecanismo de incentivo à adoção de creches e escolas municipais pelas empresas na cidade de Manaus e dá outras providências". O supracitado projeto foi encaminhado à Comissão de Turismo, Indústria e Comércio. Foi aprovado o Parecer Favorável da Comissão de Finanças, Economia e Orçamento ao Projeto de Lei n. 307/2013, de autoria dos vereadores Walfran Torres e Alonso Oliveira, que "Dispõe sobre a semana do desconto do material escolar e dá outras providências". O supracitado projeto foi encaminhado à Comissão de Turismo, Indústria e Comércio. Em razão da ausência da autora, foi retirado de pauta o Projeto de Lei n. 209/2013, de autoria da vereadora Professora Therezinha Ruiz, que "Dispõe sobre o acesso preferencial aos idosos, portadores de deficiências, lactantes e pessoas acompanhadas por criança de colo nos eventos culturais, artísticos, desportivos e similares realizados no município de Manaus". Foi aprovado o Parecer Favorável da Comissão de Finanças, Economia e Orçamento ao Projeto de Lei n. 214/2013, de autoria do vereador Professor Bibiano, que "Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades do Poder Público Municipal, na fonte geradora e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis". O supracitado projeto foi encaminhado à Comissão de Turismo, Indústria e Comércio. Foi aprovado o Parecer Favorável da Comissão de Turismo, Indústria e Comércio ao Projeto de Lei n. 081/2013, de autoria do vereador Massami Miki, que "Obriga as academias de ginástica, musculação e artes marciais a disporem de profissionais treinados em suporte básico de vida e dá outras providências". O supracitado projeto foi encaminhado à Comissão de Direitos da Criança, do Adolescente e do Idoso. Em razão da ausência da autora, foi retirado de pauta o Projeto de Lei n. 272/2013, de autoria da vereadora Vilma Queiroz, que "Institui a Semana de Prevenção a Queimaduras no município de Manaus a ser realizada anualmente na primeira semana de junho e dá outras providências". Foi concedido pedido de vistas, solicitado pelo vereador Walfran Torres, do Projeto de Lei n. 130/2013, de autoria do vereador Amauri Colares, que "Torna obrigatória a utilização de identificador eletrônico de vagas nos estacionamentos pagos dos shoppings centers, centros comerciais, supermercados, hipermercados, edifícios garagem, aeroportos, rodoviárias, e dá outras providências". Foi aprovado em segunda discussão e encaminhado à sanção do Prefeito o Projeto de Lei n. 210/2013, de autoria do vereador Álvaro Campelo, que "Dispõe sobre a afixação de



#### **LEGISLATURA 2013 A 2016**

informativo de não obrigatoriedade do pagamento da taxa de serviços em bares, restaurantes, lanchonetes, pizzarias, hotéis e estabelecimentos similares no município de Manaus e dá outras providências". Em seguida, foi aprovada a Moção n. 044/2014, de autoria do vereador Carlos Alberto. Em Questão de Ordem, o vereador Waldemir José pediu preferência para a Moção n. 043/2014 e para o Requerimento n. 328/2014. Foram aprovados os Requerimentos n. 311, 312 e 313/2014, de autoria do vereador Amauri Colares, sendo o primeiro subscrito pelo vereador Roberto Sabino e o último subscrito pelo vereador Marcel Alexandre. Foi aprovado o Requerimento n. 328/2014, de autoria do vereador Waldemir José. Foi aprovada a Moção n. 044/2014, de autoria do vereador Gilmar Nascimento. Em Questão de Ordem, o vereador Arlindo Júnior pediu preferência para o Requerimento n. 364/2014. Em Questão de Ordem, o vereador Júnior Ribeiro pediu preferência para os Requerimentos n. 326 e 327/2014. O Presidente chamou a atenção dos vereadores quanto aos pedidos de preferência. Foram aprovadas as Moções n. 045/2014, de autoria do vereador Sildomar Abtibol, subscrita pelo vereador Waldemir José; e n. 043/2014, de autoria do vereador Waldemir José. Foram aprovados os Requerimentos n. 123/2014, de autoria do vereador Elias Emanuel, subscrito pelo vereador Waldemir José; n. 364/2014, de autoria do vereador Arlindo Júnior; e n. 294/2014, de autoria do vereador Reizo Castelo Branco. Nada mais havendo a tratar, o Presidente sessão encerrou а às doze horas. para que conste. ...... (Ana Maria dos Santos Rocha), lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, foi assinada nos termos do Regimento Interno da Câmara Municipal de Manaus.

Sildomar Abtibol
Primeiro Vice-Presidente

Maria do Socorro Sampaio Moura da Fontoura Secretária-Geral

João Francisco de Miranda Soares Segundo Vice-Presidente Reizo Felício da Silva Castelo Branco Maués Primeiro Secretário

Luís Augusto Mitoso Júnior Terceiro Vice-Presidente Carlos Alberto de Castro Almeida Segundo Secretário

Francisco Assis Santos Soares

Luís Hiram Moraes Nicolau



# **LEGISLATURA 2013 A 2016**

Corregedor-Geral

**Ouvidor-Geral** 

Ana Maria dos Santos Rocha Chefa do Serviço de Atas